taria de Habitação, seriam revertidos para produção habitacional de interesse social. A reforma e reabilitação do Cingapura, com mais esses recursos aqui, 4 milhões mais 1.2 milhão, assistência a moradores de rua, mais esse recurso, sendo empreendido e as sim sucessivamente a orientação pós-ocupação, atendimento, assistência pelo período de cinco anos, os primeiros cinco anos das unidades novas, construídas com essa verba, e mais 6.700 mil metros quadrados dos equipamentos públicos que mencionamos, destinando R\$12.3 milhões para esses equipamentos. Então, em resumo, essa é a apropriação das receitas, 78% das receitas seriam revertidas em atendimento às famílias residentes nas favelas e os demais distribuídos de acordo com esses percentuais. Por último e não menos importante, mas para ficar como recado para o CMH, a gestão democrática prevista pelo rito do PIU, a primeira medida a ser tomada: constituição do conselho gestor das duas ZEIS hoje afetadas. A criação, em ato contínuo, a ideia é um processo pós-projeto de lei, em ato contínuo à aprovação do projeto de lei, a constituição de um conselho gestor da área de intervenção urbana do projeto com as seguintes competências: colaborar com a definição da ordem de prioridades dos servicos, das prestações das contrapartidas; a manifestação prévia sobre as propostas de implantação das HISs, equipamentos públicos; acompanhar e fiscalizar a implantação do próprio PIU e seus recursos, e colaborar na prestação de contas para a popula-ção em geral, dando publicidade. Então, faz parte da gestão democrática desse projeto. É isso. Temos um resumo de tudo. Proponentes: esse projeto emanou da iniciativa privada. Foi submetido à aprovação da prefeitura ainda em 2016, na gestão anterior. Foi autorizado naquele momento o aprofundamento dos estudos. A área total é de 300 mil metros quadrados, aproximadamente, dentro do Arco Pinheiros. E busca compatibilizar com a área do CEAGESP e busca induzir o desenvolvimento mais equilibrado nessa região da cidade, providenciando esse programa de interesse público com o investimento de cerca de R\$80 milhões. que já dissemos. É isso. obrigado pela atenção e paciência na explicação. Sra. Verônica - O que prestei atenção é que ao longo da apresentação da Vila Leopoldina, depois, no final, do círculo, são 5% de Habitação de Interesse Social. Quer dizer, como sempre os programas são de exclusão dos mais pobres. Então, fiquei com esse pensamento aqui, tanta explicação, tanta coisa e, no final, percebemos que a população pobre vai embora dali, infelizmente. Sr. João Bosco - Parabéns. Tecnicamente, é muito bem elaborado o projeto, bonito, mas do ponto de vista social, compartilho com a Verônica, achei meio capenga. E um pequeno detalhe. Temos uma população hoje de idosos na cidade se aproximando dos 15%. Nessa região específica essa população de idosos ultrapassa os 20% e praticamente não foi visto nada para os idosos. Sra. Laisa - Boa tarde. Primeiro queria agradecer o Marcelo pela apresentação bastante completa, didática. Tenho duas preocupações. Uma é como saber se a conta fecha, esses R\$80 milhões, se as soluções não são definitivas e ainda há bastante indefinição a respeito de onde essa demanda dessas quase 800 famílias vai ser atendida, e isso altera bastante os custos. Então, como saber se esses R\$80 milhões irão dar conta? E fiquei com uma dúvida também sobre a origem desses R\$80 milhões. Parece-me que uma parte é outorga e outra parte é pública. E aí me preocupa muito quando falamos dos recursos públicos, tanto da terra pública da SP Trans, como dos R\$30 milhões de recursos, se eu entendi direito, que vão sair de recursos públicos. Pergunto--me se faz sentido. Isso foi um projeto de iniciativa privada e tudo bem, é legítimo, está previsto no PDE, mas nesse caso seria a Votorantim decidindo o destino desses R\$30 milhões e desse terreno público. Do ponto de vista da política habitacional, acho isso bastante questionável. E, continuando nessa linha, por que essa demanda habitacional, que está sendo tratada dentro desse projeto, não está sendo mais abrigada dentro desse projeto? Por que os senhores, enquanto representantes da prefeitura, não tentam negociar mais para uma parcela maior ser atendida ali dentro, seja via verticalização, via quota de solidariedade? É outra dúvida também. O senhor comentou, mas no quadro não aparecia quota de solidariedade. Então, por que não pressionar para uma maior parcela de produção de HIS ali dentro do terreno mesmo? As ZEIS podem ser uma solução? As ZEIS fora do perímetro podem, mas essas ZEIS são para atender a demanda habitacional do município inteiro. Não faz sentido. Então, temos que colocar isso dentro de uma discussão maior. É essa favela que é prioridade de ser atendida dentro da demanda do município inteiro? Pode até ser, mas temos que discutir. Não podemos deixar que a Votorantim diga guem será atendido ali porque ela tem outros interesses que são legítimos, mas, enfim. Outra questão é: em que pé está isso? O senhor falou de uma proposta de lei, enfim. Acho que é inadmissível irmos para uma proposta de lei sem saber para onde essas famílias vão, sem ter uma solução definitiva. Se vai ser SP Trans, se vai ser outro lugar, se vai ser dentro, quando, como, principalmente como elas vão acessar essas habitações, se vai ser onerosa, com que recurso elas vão acessar? Isso vai ser uma doação? Não ficou claro na apresentação. E, por fim, sobre o financiamento, os senhores falaram em antecipação da outorga onerosa e nunca havia visto isso. Queria saber se é uma novidade. E, se é uma novidade, esses R\$50 milhões que vão ser antecipados, se esses R\$50 milhões fossem arrecadados ao longo do tempo, iria haver uma correção nessa outorga, porque o preço da outorga é corrigido ao longo dos 20 anos. É um preço hoje e ao longo dos 20 anos ficaria mais caro. Queria saber se os senhores estão antecipando isso também ou é um desconto? Os senhores estão assumindo que estão dando um desconto para os empreendedores? Sra. Nilda - Quero agradecer os esclarecimentos da nossa jovem que esclareceu algumas guestões importantes aqui, inclusive, o que é nossa preocupação aqui, porque primeiro que é uma empresa privada e sabemos o que é uma intervenção urbana. Já acompanhamos em outras regiões da cidade, vimos as dificuldades de famílias que ocuparam a região a vida inteira, construíram sua história, sua vida naquela região e vem um empreendimento imobiliário. Estou vendo a mesma cena que eu vi no Edite e em outras comunidades. Então, é preocupante saber que a urgência de tirar as famílias é grande mas o atendimento habitacional, não vemos aí se tem urgência. A urgência é para tirar as famílias. E não é prioridade. Por exemplo, a prioridade são as famílias que estão lá, no Largo do Paissandu, esperando um atendimento habitacional, e até agora não há nenhuma expectativa de tipo de atendimento, prazo. Inclusive. Defensoria, Ministério Público, estão aguardando uma resposta da Secretaria de Habitação para ver quando irão atender as famílias no Largo do Paissandu. Então, certamente, essas famílias agora não são prioridade. E há famílias morando em situações bem mais precárias na cidade. Então, nos preocupa muito saber que a Votorantim pode decidir a vida de guem mora lá com suas famílias há muitos anos naquela comunidade e que com certeza olhamos um empreendimento daqueles e não vemos um pobre nele. Certamente, as condições, um empreendimento como esse, não é para pobre. E acho que apresentar aqui, no Conselho, para nós, não teríamos nem como aprovarmos um negócio desses. Se é só para consulta, tudo bem. Mas, se é para aprovação do Conselho, é impossível. Sra. Ana Procópio – O projeto é muito bonito e vale a pena também atender as famílias, mas desde que atenda as famílias de ambas as partes, porque o problema de São Paulo, o que está ocorrendo é com as famílias de baixa renda, que não estão tendo condições e estão precisando de ajuda. Está certo, a Votorantim olha muito a parte social, mas desde que ela olhe a parte social de ambas as partes, porque a distribuição não está reagindo em todos os lugares. Não adianta atender só um local, acabando a periferia e os outros lugares ficando sem atendimento. Sra. Urânide -Boa tarde a todos. O projeto é realmente muito bonito e principalmente quando na sua fala o senhor coloca que vai realmente chamar a atenção, interessar muito as pessoas a morarem naquela região. E fica provado que o pobre não tem direito à cidade. Que pessoal é esse, que gente? O senhor usou a palavra gente. Que gente que é essa que vai realmente se interessar em morar naquela área? E a família de baixa

renda? Quer dizer que fica bem provado, e quero me consolidar com a fala dos companheiros que me antecederam, fica muito claro agui que esse projeto é realmente tirar a família de baixa renda do direito ao centro da cidade, de lugares onde há infraestrutura. Isso também ele diz claro em sua fala. Um lugar perto de infraestrutura, perto daqui, perto dali, e as famílias vão para onde? Sra. Mariza - Boa tarde. Para mim ficou muito confusa a questão dos esclarecimentos. Aí concordo com todas as falas que antecederam a minha. Acho que precisávamos nos aprofundar melhor, entendermos melhor. É uma consulta? Isso, concordo com as companheiras que falaram. Temos uma responsabilidade muito grande aqui, enquanto representantes dos movimentos populares, sendo conselheira. Precisamos fazer muitas coisas e para nós, a questão da moradia, principalmente, morar no centro, é um grande desafio, que temos que entrar de cabeça, corpo e alma e tentar ver o que podemos fazer enquanto conselheiras, para mudarmos essa realidade, que é tão difícil. Às vezes, é tão burocrático, não sai do papel o tanto que gostaríamos que saísse. A falta de moradia no centro é muito complexa, muito maior do que pensamos. Uma coisa que fiquei preocupada e não ficou bem claro para mim na apresentação é na questão das famílias da Favela do Cingapura, essas famílias que serão removidas para esse empreendimento lindo, muito lindo. E aí gostaria de entender, sempre temos a preocupação, se as famílias vão morar, qual será o valor do financiamento, como vai ser esse financiamento vai ter subsídio, a questão da outorga onerosa. Ficamos com dúvidas. Então, gostaria de ter mais esclarecimentos. Temos que nos preocupar Vemos que cada dia mais morar no centro é sonho Não para todos. E temos que pensar com muito carinho sobre esse novo projeto, sobre esse projeto lindo que nos foi apresentado, ainda mais sabendo que é uma construtora. Nada contra a construtora, mas ficamos preocupados com a realidade e a expectativa das famílias que irão morar lá, principalmente, financeiramente. Sr. Zeguinha - Boa tarde. Essas coisas que são apresentadas para nós aqui, ficamos com uma pulga atrás da orelha, porque para os movimentos sociais, a prefeitura de São Paulo está apresentando as PPPs, é o que é o debate hoje na Cidade de São Paulo: "Ah, não, se os senhores guerem moradia, a prefeitura não tem dinheiro! Quem tem são os empresários. Então, tragam os projetos dos senhores para as PPPs". E agora estamos vendo agui que a Prefeitura de São Paulo tem dinheiro! Quer colocar dinheiro para fazer isso daí, pessoal! De repente, aparece o dinheiro! Então, é de interesse sim algumas coisas que acontecem agui. Então, temos que ter coragem de dizer, pessoal. Temos que ter coragem porque estamos com um prefeito aí que gostaríamos que ele evoluísse mais do que o outro que saiu, porque sabemos que é 171, vamos dizer bem assim. Disse que na Prefeitura de São Paulo ia ficar realmente os quatro anos e não ficou. Não teve coragem de tocar a maior cidade do Brasil. Estou falando aqui porque isso é um Conselho aberto e temos direito a voz. Sou conselheiro pelo segundo mandato e não dá para aceitarmos isso que é trazido aqui. Não tem dinheiro para os movimentos sociais. Há muita gente precisando, com a corda no pescoço. Como já disse a companheira, a prefeitura não tem responsabilidade com aqueles que estão lá na praça, mas tem R\$30 milhões para colocar em um projeto que nem vimos ainda, porque não estão falando. Gente, a Cetesb nem disse se está ok. Então, há muita coisa ainda para acontecer sobre isso. E R\$80 milhões é muito dinheiro para fazer só 250 unidades. Gostaria de fazer essa colocação porque os companheiros que estão aqui, que vão ficar para a nova gestão, vamos abrir o olho. Não vou estar aqui na nova gestão, na próxima gestão, mas vou vir para a plateia, com certeza. Sr. Marcelo - Muitas perguntas, não tenho a resposta pela competência, porque os senhores viram, e este Conselho é da política habitacional, então, há muitas questões aqui que estão sendo ainda discutidas junto à Secretaria de Habitação, e quem tem conduzido alguns desses aspectos, eu comentei alguns, é o próprio Secretário Fernando Chucre. Por alguma razão ele ainda não teve a oportunidade de estar aqui. Mas estamos trabalhando a várias mãos dentro da prefeitura e vou tentar esclarecer aquilo que me couber e aquilo que tenho resposta objetiva. Algumas falas que foram colocadas dizem respeito ao projeto não dar espaco para os pobres, ao projeto não dar espaco para as pessoas que moram lá hoje, de baixa renda, e que mais uma vez esse seria um projeto excludente, voltado para outras rendas, outras classes, que não as mais baixas. O que o projeto faz é mapear, logo de cara e junto com a prefeitura quantas são as famílias que hoje já moram lá. Então, partimos de um número que não é definitivo, está sendo contabilizado junto à Secretaria de Habitação, de 776 famílias. E 100% das 776 famílias têm destino dentro do projeto. Então, quem mais mora na região de baixa renda que não está acessível ao mercado formal, ao mercado de habitacional formal? Tantas quantas pessoas viermos a contabilizar nessa selagem. Já está se iniciando como eu disse. Haverá duas equipes, não sei se há alguém agui da SEHAB responsável pelas visitas, pela contabilidade das famílias, mas, se a contagem for um número maior do que as 776, o projeto vai sofrendo o seu devido ajuste para que 100% das famílias sejam satisfatoriamente atendidas. Quem mais mora além dessas pessoas? Ninguém, nessa região, nesse subperímetro do Arco Pinheiros, porque só há prédios de escritórios, lojas, concessionárias, postos de gasolina. Então, o projeto não é, ao meu ver, um proje to de exclusão. É um projeto de atendimento da população de baixa renda que está lá dentro, ocupando, trabalhando, morando, vivendo, que tem suas vidas assentadas nesse local. Ao mesmo tempo, outras questões aqui trouxeram a priorização desse atendimento: por que o atendimento dessa favela, dessas famílias, e não daquelas que estão aqui, fruto da tragédia, do desabamento do prédio no cento, que estão no Largo do Paissandu? Por que não essas pessoas ou outras que estão morando na rua, tão ou mais vulneráveis do que essas? Porque esse projeto busca atacar o problema em partes. Então, as questões de déficit habitacional que dizem respeito a essa região da cidade, nesse perímetro, nesse local, são essas que vimos mapeando junto com a Secretaria de Habitação. A discussão da Favela do Nove, da Linha e do Cingapura Madeirite já é um assunto de largo conhecimento da Secretaria de Habitação. Há mais de 10, 15 anos, essas famílias têm reconhecido seu local de moradia, vulnerável, precário, e estão em uma fila de atendimento, que a Secretaria de Habitação iá vem contabilizando isso. Eles estão no cadastro formal da prefeitura. É lamentável a demora para esse atendimento. É lamentável o que acontece com um Cingapura, um conjunto habitacional que deveria ser a solução e que, por várias razões, ele passa a ser um problema: o fato de as pessoas morarem na sua casa, e. de repente, estarem sofrendo um processo, no conjunto onde elas moram, um processo de degradação e desvalorização da dignidade que um dia tiveram ao morarem ali dentro. Então, o projeto tem suas limitações. Quanto ao recurso financeiro que a Laisa também levantou, o recurso é de R\$80 milhões. Segundo uma matemática financeira, que conhecemos bem essa discussão da matemática financeira, e ela está aberta à discussão, deve estar aberta ao acesso de quem tiver dúvidas e quiser entrar nas minúcias, mas, naturalmente, é uma inovação; é a antecipação de um recurso que seria devido pelos empreendedores ao longo dos anos da aplicação dos empreendimentos que fossem sendo feitos ali. A inovação é a antecipação. Segundo uma taxa de desconto, segundo uma matemática financeira que antecipa um valor calculado atualmente, projetado para o futuro, em uma estimativa de 15, 20 anos, e depois trazido ao que chamamos de valor presente, para poder chegar a essa matemática dos R\$80 milhões. Então, calculamos hoje um valor de cerca de R\$230 milhões, R\$240 milhões, que seriam devidos ao longo do tempo Trazidos ao valor presente são por volta de R\$80 milhões. Essa conta pode mudar um pouco na medida em que formos tendo que adequar o projeto, as demandas, e na medida em que formos adequando os estudos econômicos financeiros a essa realidade. Então, aproveitando esse gancho da questão da antecipação do recurso e da disponibilidade financeira que o projeto traz, acho que foi o Zequinha quem questionou, disse que se fala

muito na PPP, que a prefeitura não tem dinheiro e que nesse caso parece que a prefeitura tem o dinheiro. Mas, na verdade, o dinheiro que a prefeitura tem e que está sendo empregado desse jeito aqui é um dinheiro, entre aspas, virtual, que é o potencia construtivo. A outorga onerosa ou o potencial construtivo para se construir sobre os terrenos é de propriedade da prefeitura. Então, é bastante interessante que isso seja também de conhecimento de todos os senhores, cada um em uma área de atuação, em um nível de conhecimento sobre esse assunto, porque aquilo que chamamos de outorga onerosa é um tributo, é uma taxa paga pelo dono do terreno para a prefeitura. Então, por que o dono do terreno paga alguma coisa para a prefeitura? Ele não é dono do terreno? Ele é dono do terreno até, em São Paulo, uma vez a área desse terreno. Se o sujeito tem um terreno de 1.000 metros qua drados, e no terreno pode construir guatro vezes mil, ou seja 4.000 metros quadrados, os 3.000 metros quadrados acima des ses mil, ele paga para a prefeitura, no que chamamos de contra partida financeira, conhecida como outorga onerosa. O projeto trabalha nessa seara, nesse capítulo aqui. Sabemos que, para construir acima de uma única vez, vamos dizer que ele tem 100 mil metros quadrados de terreno e vai ser proporcionado para ele quatro vezes 100 mil metros, ou seja, 400 mil metros quadra dos. O valor a se pagar por essa diferença de 400 para 100, que são 300 mil, por exemplo, tem um preço, preço esse dado pelo Plano Diretor de São Paulo. É uma conta dada. Não estamos inventando essa conta. É uma conta que está na lei desde 2014 Essa mesma conta é aplicada aqui. A única diferença, reforço essa conta, ao invés de ser empreendida ao longo de cada pré dio, de cada torre sendo feita, ano a ano, ano a ano, como a cida de é feita assim, aos pouquinhos, ao invés de esse pagamento ser feito a prazo, ele seria feito à vista. Aí a Laisa trouxe, muito bem, a questão do desconto: haveria algum desconto por ele fa zer na frente, por ele fazer antes esse pagamento? Não tem des conto. Por outro lado, também não colocamos na conta uma va lorização. Então, hoje essa região já é valorizada para fins de pagamento de outorga onerosa. Todos aqui sabemos que é uma das regiões valorizadas na Cidade de São Paulo, Então, o valor dela já está calculado em uma alíquota alta. Haverá um processo de valorização ao longo do tempo? Deve haver. Não sabemos quanto e seria mais um elemento para enfiarmos nessa matemá tica financeira, nessa conta, para ficar mais complexo ainda, que seria uma taxa de valorização estimada, hipotética. O que fazemos é: considerando que hoje a região já é valorizada, fazemos o cálculo a valor presente antecipamos esse pagamento e ao invés de o FUNDURB receber por ano 10, 15 milhões de reais de correntes da outorga que seria paga por cada predinho feito aqui, dentro, o que estamos dizendo é: joque tudo para o dia de início, para o start desse projeto, e aí temos, então, na conta os tais R\$80 milhões. Quanto ao aporte da prefeitura em comple mento, seria acima dos R\$80 milhões, e é um valor ainda que é para atendimento a tudo isso que dissemos, as unidades, mais os equipamentos, e é um valor que pode advir do FUNDURB, como complemento da execução desse projeto. Alquém perguntou aqui da questão da deliberação, a Nilda, se o Conselho estaria delibe rando ou estaria sendo consultado. Estamos trazendo exatamen te para poder esclarecer, responder as perguntas; não vamos esgotar todas as perguntas, porque trata-se de um processo consultivo neste momento aqui. Então, toda essa consulta que está sendo feita aqui, está sendo anotada, a nossa equipe tam bém de técnicos da São Paulo Urbanismo, e gueria até agradece muito o Fernando Gasperini, que vem acompanhando, tocando esse projeto com bastante seriedade, junto com os empreendedores, com o pessoal da iniciativa privada. Mas esse, de fato, é um projeto feito muito dentro da prefeitura, com os braços, com a iniciativa, com a vontade dos empreendedores, que são proprietários de terrenos, que naturalmente enxergam nesses terre nos um valor econômico, e então, temos tido o desafio de calibrar, equilibrar os ônus e bônus, os encargos de se construir dentro da cidade de São Paulo. O João Bosco disse que era um projeto capenga porque falta política para idosos. Política para idosos é uma política de fato transversal da cidade. Um projeto nesse nível ainda de propositura, ele não tem como foco principal os idosos, mas tem como foco principal todos as outras questões sociais que mencionamos, inclusive, pessoas hoje em situação de rua. Sra. Verônica - O senhor não está entendendo a nossa pergunta. Perguntei dos 5%, no círculo. Sr. Marcelo - No círculo, na pizza. Aqui, estamos dizendo, Verônica, 5% dos recur sos financeiros, do slide anterior que eu comentei, R\$4 milhões mais R\$1.2 milhão dão R\$5.2 milhões, voltados para reforma e reabilitação do Cingapura. Então, esse pedacinho da pizza é reabilitação do Cingapura. Contudo, dos recursos, dos R\$110 mi lhões, se consideramos R\$80 milhões mais R\$30 milhões, 78% são para produção habitacional de interesse social. Então, essa distribuição percentual que vai fechar 100% é a distribuição do recurso financeiro para questões sociais, divididas nessas cinco questões. **Sra. Verônica** - De R\$80 milhões, que vai sair dinheiro da prefeitura, do FUNDURB, que é o dinheiro que ainda nos aten de, as entidades, para ter 11% de 78%, Marcelo, para nós não é nada! Quer dizer, quantas pessoas vão ser atendidas do Cingapu ra, quantos moradores de rua, quantos vão ser atendidos da Fa vela do Nove?, e assim por diante. Olha, tenho trinta e cinco anos de movimento! Isso aqui, meu amigo, guando vemos no papel, já sabemos quantos não vão morar lá dentro. Só isso. Es tamos cansados de ver programas no papel e exclusão do povo para a rua, exclusão do povo do centro para os bairros, enten deu? Depois vemos ocupação, prédio caindo, prédio pegando fogo, favela pegando fogo, e daí? São esses números? O povo não é gado. Segundo, não temos valor de número. Temos vida, É isso que estamos discutindo aqui. Sr. Marcelo - Entendi a sua preocupação. Precisamos falar em números. E sabemos que as pessoas têm vidas. O projeto não pretende expulsar as pessoas que estão hoje lá. Podemos detalhar mais esses números, os recursos e como esses recursos estão sendo empreendidos e distribuímos isso, não sei como fazem agui, mas pode ser por e-mail por apresentação. Esses números não são inventados. Estão todos lá, na internet, na consulta pública, mas podemos reitera essa informação aos conselheiros do Conselho Municipal de Habitação, e coloco-me, como São Paulo Urbanismo, como agente público, disponível para conversarmos na própria SP Urbanismo e detalhar um pouco melhor os fluxos, o recurso, as dúvidas, se é dinheiro de prefeitura, se dá mesmo para contar com esse di nheiro, as taxas consideradas, que risco a população está sofren do aqui de que esse projeto não saia do papel e não passe de uma apresentação de PowerPoint. Não gostaríamos de maneira alguma que as discussões que são muito ricas, em todos esses processos de consulta e audiências, se perdessem. Temos feito essa sistematização e pretendemos dar solução a todos eles mexer no projeto se for o caso. Não é um projeto fechado, não é um projeto que vem aqui para conhecimento dos senhores por que amanhã ele vai ser encaminhado para a câmara de vereado res. Ele tem ainda um longo processo que esperamos que seja construtivo para que ele seja melhorado. Esse é um pouco do intuito de uma reunião como esta agui, hoje. Temos as demais ma nifestações aqui, da Urânide, da Ana Procópio, que acho que já falei, a Mariza também fez seus comentários aqui e muito na li nha da confusão, de que é muita informação, é muito complexo é difícil. Não é um projeto simples mesmo. Tantas quantas vezes pudermos esclarecer e receber, marcar uma próxima reunião com pessoas que possam se interessar e fazer uma reunião sem microfone uma coisa mais à mesa, mais tête-à-tête, estamos à disposição. Por fim, o Zequinha, que havia falado de 250 unidades. Acho que ficou claro que não são 250. São 776 unidades, que é o número de onde partimos. Desse, partimos. Qualquer coisa, aci ma desse valor, desde que ele possa ser incorporado no projeto. Sr. Aloísio - Como o Marcelo disse, a apresentação da São Paulo Urbanismo foi a título consultivo do Conselho. Aceitamos a su gestão do Marcelo de ele apresentar essas informações, que estão disponíveis no site, para os conselheiros; apresentar à Secretaria do Conselho Municipal de Habitação, para que encaminhe a

todos os membros, todos os conselheiros, essas informações mais detalhadas. Acabada a manifestação do Marcelo, Verônica. Sra. Verônica - Fico muito triste e vou continuar, enquanto estiver no Conselho, sentada aqui, questionando: por que nós do Conselho só vimos para ser consultados? Por que não somos chamados para participar dessas discussões? Sr. Aloísio - Como o Marcelo esclareceu, a São Paulo Urbanismo tem uma agenda de audiências públicas e nessas audiências as contribuições, a participação, serão devidamente ouvidas, anotadas, para deliberação em sede de São Paulo Urbanismo. **Sra. Verônica** - Quando fossem feitas, que nos chamassem como conselheiros para participar das audiências públicas. Alguém chamou? Alguém participou? Sr. Aloísio - Será apresentado o calendário das audiências públicas para a participação de todos. O calendário ainda não foi definido. Será definido pela São Paulo Urbanismo para que possa haver maior participação. Sra. Isadora - Duas perguntas, tanto da Laisa, quanto da Mariza, foram a mesma pergunta e o senhor não respondeu. Queria só reforcar. O senhor falou em R\$80 milhões e depois, no meio da sua fala, o senhor falou em R\$80 milhões mais R\$30 milhões. Mas no slide estavam R\$50 milhões mais R\$30 milhões, dando R\$80 milhões. Não estou entendendo. No slide estavam R\$50 milhões, de privado, e R\$30 milhões, público. O senhor na sua fala disse R\$80 milhões de outorga. I pois o senhor na sua fala disse R\$80 milhões mais R\$30 milhões. . Não estou entendendo. A Laisa havia perguntado isso. E a Laisa e a Mariza perguntaram sobre o financiamento. Esses R\$110 mil por unidade está dando, pelas nossas contas, que é extremamente superior ao Minha Casa Minha Vida, todo mundo sabe. As famílias vão pagar por isso, como é essa prestação? A Mariza perguntou especificamente sobre isso. Sr. Marcelo - Não errei a conta, Isadora. É esse slide agui. R\$55 milhões, recursos privados e R\$30 milhões de recursos públicos. Se a senhora somar R\$55 milhões, mais R\$4 milhões, mais R\$1 milhão, mais R\$4 milhões, mais R\$3 milhões, mais R\$12 milhões, vai dar R\$80 milhões da outorga onerosa, mais R\$30 milhões. Então, estou falando em R\$80 milhões mais R\$30 milhões. Temos um slide que ficou oculto, para questão de simplificação, que tinha esse número. Mas não vamos conseguir naturalmente esclarecer o detalhe da conta, mas faço questão de que as contribuições dos conselheiros aqui presentes hoje sejam encaminhadas para nós, na São Paulo Urbanismo. Sentamos para falar sobre isso, inclusive com a Secretaria de Habitação, para poder dar essa resposta para a Mariza e para a Laisa também, sobre a política habitacional. A ques tão da política habitacional, o que a Secretaria de Habitação tem nos passado é que as unidades seriam adquiridas em um regime da mais baixa renda, das pessoas sem comprovação de renda, ou do HIS 1. Então, é uma aquisição subsidiada, pela prefeitura para as famílias. Existe uma discussão que surgiu sobre a questão do acesso à moradia, ser adquirido e subsidiado, ou seria via Locação Social. Essa discussão está surgindo e acho que os senhores, aqui, do Conselho, têm acompanhado. Foi apresentada aqui, em outra oportunidade, algumas leis que estão sendo aprova câmara dos vereadores, discutidas com a Secretaria de Habitação, no que diz respeito à institucionalização de um programa de Locação Social. Então, na terça-feira, na audiência pública, essa questão também veio, estava na audiência, à mesa, o Vereador Police Neto, que é um entusiasta, um defensor, o autor do projeto de lei da Locação Social. E aí colocando a possibilidade de que essas unidades fossem disponibilizadas à demanda, às famílias, via Locação Social. Então, essa é mais uma questão que não está definida. Os senhores estão reparando que não trouxemos o projeto de lei. Esse não é o projeto de lei, muito longe de ser um projeto de lei. Para ele chegar com uma característica, uma figuração, uma sequência de artigos, parágrafos e quadros, de proje to de lei, precisamos ainda esclarecer várias dessas dúvidas. A Laisa também falou da questão da garantia, do atendimento às famílias naqueles terrenos. Se o terreno da SP Trans ainda passa por um processo de diagnóstico ambiental, que ainda não há um plano de intervenções, qual é a garantia de que ele será um terreno disponibilizado? Esse projeto de lei só será encaminhado se essa questão da garantia, do atendimento, seja nesse terreno, com o Plano de Intervenção decidido, seja em um terreno na região, for viabilizada como parte dessa engenharia financeira, vamos dizer assim, que o PIÚ está propondo. Então, temos muitos problemas, muitas questões, para serem superadas. O que não gostaria de achar que é um problema, porque não acho que seja, é o de que não estamos fazendo atendimento às questões sociais mais vulneráveis, porque acho que esse é o coração do projeto. Se surgiu essa dúvida aqui de que não estamos atendendo a população realmente necessitada, como prioridade de atendimento, aí então, temos que dar uns passos atrás porque eu achei que isso já estava superado. Os problemas que eu quero discutir, que queremos discutir, são questões de descontaminação, selagem, de contagem das famílias, de garantia de atendimento popula cional, de que a outorga onerosa antecipada está bem calibrada. nem a mais e nem a menos, que a prefeitura não está favorecendo aqui um lado a mais do que o outro, não mais a iniciativa privada do que a causa pública. Então, é disso que estamos falando aqui. Agradeço demais as contribuições que vieram aqui hoje, porque são no sentido de melhoria do projeto. Sr. Aloísio -Também quero lhe agradecer, Marcelo, por explorar muito bem o tema. Sei que o tema irá ter mais questionamentos, outras apresentações. E o senhor, em um espírito bem republicano, trouxe ao Conselho Municipal de Habitação. E ainda está na construção do diálogo, na construção dessas agendas, de forma positiva, para que se ouça a população, todos os interessados e que todas essas variáveis venham a equacionar em um resultado positivo para a cidade e principalmente para a população. Ainda dentro do Item 3 de nossa pauta está a apresentação do PIU Setor Central, que nossa palestrante é nossa arquiteta da São Paulo Urbanismo, a Rita de Cássia. Porém, devido ao avancado da hora. quero fazer uma sugestão aos conselheiros. Como a apresentação da Rita é de 80 slides e vai requerer uma discussão muito maior, vamos trazer em uma próxima reunião ordinária ou em uma extraordinária. Vou colocar aqui, na pauta, para que haia deliberação nesse sentido. O Item 2, quero fazer apenas um co mentário, que ele foi apresentado na última reunião da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação, e houve uma sugestão da nossa Conselheira Verônica Kroll para que o Reinaldo lapequino fizesse a apresentação. Foi acolhido e deliberado isso em sede da Comissão Executiva e foi por isso que ele apareceu em nossa pauta do Conselho Pleno. Mas, percebemos que tanto o PIU Setor Central quanto o Vila Leopoldina consumiram bastante nosso tempo. Então, para o Item 2, para o Item 4 e para a segunda parte do Item 3, serem reapresentados na pauta da próxima reunião ordinária do CMH. Sra. Verônica - Posso sugerir? Se for fazer uma reunião extraordinária, que sajamos daqui com a data da reunião para a semana que vem, no máximo, terça-feira, porque quinta é feriado, para retomarmos esses pontos, porque está a questão da área central, a questão dessa carta de crédito agui, que também é uma guestão que podia ajudar essas famílias que hoje estão na praça, que não têm para onde ir. Então, que no máximo terça-feira voltemos aqui com esses pontos para discutir, porque a guestão do Item 3. Secretário, já entendemos bem, está bem clara, vai haver discussão na câmara. Vamos à câmara, vamos quebrar o pau lá, mas temos que discutir pontos que estão com urgência aqui. Sr. Aloísio - Senhores, não consigo definir uma data para a próxima reunião extraordinária. Sra. Urânide - O Item 4 fala de mudanças do chamamento. O Secretário é importante a sua presenca e ele não está. Então sugiro uma data extraordinária para o Item 3. **Sr. Aloísio** - Então, ficou a sugestão de fazer uma extraordinária para o Item 4. Contudo, não consigo definir essa data hoje porque estamos no mejo do processo eleitoral do Conselho Municipal de Habitação. Os nossos servidores estão empenhados para a organização desse evento em toda a cidade, no domingo agora. Então, peço a gentileza e a compreensão de todos. Assim que passar o processo eleitoral, volto com uma data e comunico a todos a respeito de uma reunião extraordinária na melhor oportunidade para o Item

